FOLHA DE S.PAULO
★★★ UM JORNAL A SERVIÇO DO BRASIL
Publicado em 15/06/2022 - 05:59

Telegram não colabora com investigações, diz PF

Presidente Jair Bolsonaro faz parada não programada na Ceagesp, durante agenda em São Paulo Alan Santos/PR

Telegram continua sem ajudar em investigações, afirma Polícia Federal

Empresa indicou representantes no Brasil após bloqueio ordenado pelo STF, mas PF diz ainda aguardar 'respostas efetivas' a pedidos

Mateus Vargas

BRASÍLIA Mesmo após indicar um representante legal no Brasil, o Telegram ainda não entrega "respostas efetivas" aos questionamentos da Polícia Federal feitos dentro de diferentes investigações que envolvem a plataforma.

A afirmação é do delegado Cléo Mazzotti, chefe da divisão de Repressão a Crimes Fazendários da Polícia Federal, área onde fica o setor responsável pelo combate aos crimes cibernéticos.

O aplicativo já esteve sob risco de ser banido do país por decisão do ministro Alexandre de Moraes, do STF (Supremo Tribunal Federal).

Em março, Moraes acolheu pedido da PF e determinou o bloqueio da plataforma —a medida foi revertida após a empresa assumir compromissos sobre moderação e combate à desinformação.

"A PF ainda está tentando conversar com o escritório [que passou a representar o Telegram após a decisão do Supremo] para alinhavar caminhos, ver qual a melhor forma de encaminhar e ter os pedidos atendidos. O fato é que até o momento não estamos tendo respostas efetivas ao que foi solicitado [nas investigações]", afirma Mazzotti.

O delegado diz que a equipe da PF já se reuniu com os novos representantes da empresa, mas que as respostas dentro das investigações ainda são insuficientes.

Mazzotti afirma que a polícia pergunta, nesses encontros, o que o Telegram precisa para conseguir responder aos questionamentos. Também que tipo de demanda a plataforma não consegue atender por alguma limitação técnica, por exemplo.

A ideia da PF é estabelecer protocolos com as empresas de tecnologia sobre que tipo de conteúdo pode ser compartilhado com as autoridades. Também definir quais informações podem ser liberadas por pedidos mais simples, como via ofício, e quais exigem decisão judicial.

Procurados pela **Folha** na última sexta-feira (10), o Telegram e o advogado Alan Thomaz, que representa o aplicativo, não se manifestaram até o fechamento desta edição.

Ao pedir ao Supremo o bloqueio do Telegram, a PF argumentou que o serviço de mensagens tem sido utilizado como meio seguro para a prática de crimes graves, como o compartilhamento de pornografia infantil.

O aplicativo ainda é visto como uma das principais preocupações para as eleições de 2022 pelo risco de disseminação de fake news.

Após a decisão do STF, o Telegram também firmou compromissos com o TSE (Tribunal Superior Eleitoral) para o combate à desinformação.

Mazzotti diz que ainda não vê razões para voltar a acionar o Supremo e apontar que o Telegram segue sem colaborar com as investigações.

"Ainda entendo que não temos de comunicar [o Supremo] [Polícia Federal]. Estamos conversando com a empresa", diz o delegado.

O presidente Jair Bolsonaro (PL) aposta no Telegram como ferramenta para sua campanha à reeleição ao Palácio do Planalto. Como mostrou a **Folha**, ele se reuniu recentemente com representantes da empresa para saber o que foi tratado numa reunião, na véspera, entre o Telegram e o comando do TSE (Tribunal Superior Eleitoral).

Segundo colocado nas pesquisas, Bolsonaro tem 1,3 milhão de inscritos em seu perfil no Telegram, enquanto o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT), líder nas intenções de voto, tem 7,9 mil.

Mazzotti afirma que alguns delegados têm deixado de fazer questionamentos dentro das investigações por perceberem que não há resposta por parte do Telegram.

Segundo Mazzotti, as empresas de aplicativo —como o WhatsApp e o Telegram— afirmam que têm as mensagens criptografadas de ponta a ponta, o que impede a entrega de algumas mensagens.

O delegado afirma que em alguns casos os pedidos são mais simples, como dados cadastrais dos usuários e horários das trocas de mensagens. Ainda assim, nem sempre as demandas são atendidas.

Em março, o fundador do Telegram, Pavel Durov, pediu desculpas ao STF horas após a decisão de bloqueio da plataforma. Ele afirmou que um problema técnico impediu a plataforma de receber notificações judiciais do Brasil.

Durov fez um apelo ao STF para que reconsiderasse o bloqueio do serviço e prometeu instalar representação no país. Já Bolsonaro chamou de "inadmissível" a decisão do STF de derrubar a plataforma.

Em 7 de junho, Bolsonaro recebeu o vice-presidente do Telegram, Ilya Perekopsky, e o advogado Alan Thomaz, sócio da Campos Thomaz Advogados, que se tornou representante da empresa no Brasil.

"Ótima conversa sobre a sagrada liberdade de expressão, democracia e cumprimento da Constituição", disse Bolsonaro em uma rede social.

Perekopsky também esteve no TSE em 6 de junho, onde se encontrou com o presidente da corte, o ministro Edson Fachin.

No encontro, a empresa anunciou medidas de monitoramento de conteúdos publicados em grupos dentro da plataforma.

O tribunal, por sua vez, divulgou nota após a reunião. "É a primeira vez que a plataforma faz esse acompanhamento e, a partir da experiência brasileira, a ferramenta será replicada para outros países que também enfrentam ameaças à democracia por meio da disseminação de conteúdo falso", disse o TSE.

Mensagens identificadas como descontextualizadas ou falsas serão marcadas como potencial desinformação para os usuários, ainda segundo o tribunal eleitoral.

Esses conteúdos serão encaminhados a canais de agências de checagens de fatos dentro do próprio Telegram. Os usuários da plataforma também podem denunciar as mensagens que considerarem falsas.

Continua na pág. A5

BOLSONARO DIZ QUE NÃO LEVA JEITO PARA SER PRESIDENTE

O presidente Jair Bolsonaro (PL) disse a empresários nesta terça-feira (14) não ter jeito para ser presidente da República. O mandatário foi eleito em 2018, é candidato à reeleição e aparece em segundo lugar nas pesquisas, distante do ex-presidente Lula (PT), atual líder nas intenções de voto.

"Não podemos dissociar a economia da política. [Eu] não tinha nada para estar aqui [na Presidência]. Nem levo jeito. Nasci pra ser militar, fiquei por 15 anos no Exército brasileiro, entrei na política meio por acaso. Passei 28 anos dentro da Câmara [dos Deputados]."

Continuação do pág. A4

Como parte dos compromissos assumidos com o TSE, o Telegram criou um canal oficial da corte dentro da plataforma de mensagens para divulgar informações oficiais sobre as eleições. O canal tem mais de 184 mil membros.

Presidente afirma que eleição é tema de segurança nacional

SÃO PAULO O presidente Jair Bolsonaro (PL) usou parte de fala a empresários nesta terça-feira (14) em São Paulo para mais uma vez atacar ministros do STF (Supremo Tribunal Federal), o sistema eleitoral e o ex-presidente Lula (PT).

A fala ocorreu em evento de abertura de fórum de investimentos. "Quem eles pensam que são?", disse o presidente, ao mais uma vez atacar o ministro Edson Fachin, atual presidente do TSE (Tribunal Superior Eleitoral).

Ao sugerir que o Poder Judiciário conspira contra ele e citar o papel dos militares nos recentes questionamentos ao TSE , Bolsonaro disse que "eleições são questões de segurança nacional".

A apuração das eleições, na verdade, é uma questão do Judiciário. E a Justiça Eleitoral que cuida de todo o processo pelo país por meio do TSE e de seus braços regionais, hoje sob a presidência de Fachin e, a partir de agosto, do ministro Alexandre de Moraes.

No discurso de improviso aos empresários, Bolsonaro de novo ameaçou não cumprir decisões do STF ao citar o tema do chamado marco temporal das terras indígenas, ainda sem prazo para votação no tribunal.

"Chega de bananas e demagogos na política brasileira. Ninguém pode tudo", disse.

Bolsonaro mais uma vez atacou o sistema eleitoral, disse não ter "nenhum medo de eleição" e fez uma série de críticas ao ex-presidente Lula, que lidera com folga as mais pesquisas de intenção de voto.

Como mostrou a **Folha**, os militares só começaram a questionar o sistema eletrônico de votação no fim de 2021, sob o governo Bolsonaro, segundo informações do Ministério da Defesa e do TSE obtidas via LAI (Lei de Acesso à Informação).

Desde outro passado, os militares fizeram 88 questionamentos ao sistema de votação, além de sugestões de mudanças nas regras do pleito. As Forças Armadas afirmam que, antes disso, não levantaram dúvidas sobre o processo eleitoral nem elaboraram estudos sobre as urnas.

Líder do governo no Senado descarta golpe de Bolsonaro

Carlos Portinho critica o Judiciário e admite que pautas do presidente não devem conseguir apoio no Congresso

Danielle Brant e Renato Machado

BRASÍLIA Recém-indicado líder do governo no Senado, o senador Carlos Portinho (PL-RJ) demonstra alinhamento com o discurso do presidente Jair Bolsonaro (PL) contra o Judiciário —que, diz, age "com o fígado". Descarta, no entanto, que o mandatário possa tentar um golpe caso seja derrotado nas eleições de outubro.

Em entrevista à **Folha** na segunda (13), ele reconheceu que dificilmente pautas caras ao governo e ao bolsonarismo, como homeschooling e armas, terão apoio no Congresso em ano eleitoral; e nega que a ofensiva para reduzir o preço da energia e dos combustíveis seja eleitoreira.

"A guerra na Ucrânia não se move pelas nossas eleições. O preço dos combustíveis, a pressão sobre o preço, não se move pelas nossas eleições", afirmou o senador.

Portinho foi indicado ao cargo quase seis meses após o ex-titular, Fernando Bezerra Coelho (MDB-PE), deixá-lo. Para ele, ex-líder do PL na Casa, a demora não trouxe nenhum prejuízo ao Planalto.

Ele descartou qualquer tentativa de golpe por parte de Bolsonaro caso não se reeleja em outubro. "Ele também quer eleições limpas, eu também quero. Há muita narrativa nisso. O Judiciário tem inflamado bastante isso", afirmou.

Dizendo que o Judiciário "tem agido com o fígado", crítico declarações do ministro Edson Fachin, presidente do TSE (Tribunal Superior Eleitoral), de que eleições são tratadas por "forças desarmadas".

"Quando o ministro Fachin diz que não precisa das Forças Armadas, está exagerando na retórica, porque ele sabe da importância das Forças Armadas para o processo eleitoral. Ele sabe que no Rio de Janeiro, sem as Forças Armadas, as seções, as urnas vão ser capturadas pela milícia ou pelo tráfico, o eleitor vai ser capturado", afirmou.

Portinho disse ser "injusto" e "incorreto" o TSE abrir o processo para participação da sociedade civil, mas fechar as portas às Forças Armadas.

As Forças Armadas foram convidadas pelo TSE a participarem da CTE (Comissão de Transparência das Eleições), que reúne especialistas e representantes do Congresso, Polícia Federal e entidades.

A participação dos militares na CTE se converteu em combustível para o discurso golpista de Bolsonaro, que tem levantado dúvidas sobre a segurança do sistema eletrônico.

Na comissão, os militares apresentaram mais de 80 questionamentos sobre o processo eleitoral, além de sete sugestões de alterações nos procedimentos. Quase todas as propostas foram rejeitadas de forma assertiva pelo TSE.

Portinho também cobrou autocrítica do Judiciário, citando as eleições municipais de 2020, quando houve atraso na divulgação dos resultados.

"Quando o TSE chamou para ele a apuração de mais de 5.000 e tantos municípios, trouxe para ele uma responsabilidade que ele não conseguia responder no mesmo tempo que os TREs [Tribunais Regionais Eleitorais] respondiam" argumentou Portinho. "Isso gerou uma insegurança."

O senador também afirmou acreditar nas urnas eletrônicas. "Eu participei como escrutinador lá na minha juventude do processo manual de apuração. Sei que aquele era o pior processo que poderia", disse. Mas ressaltou que não impediu atualização do processo "por uma narrativa de que ou você é contra ou a favor do sistema é uma visão muito pequena".

O líder acenou ao presidente e disse que a discussão sobre a impressão do voto ainda está viva. "O voto ser impresso para o cidadão olhar e ato seguinte depositar numa urna, eu não vejo nenhum problema nisso", afirmou.

Para Portinho, a inflação é um ponto de atenção para o governo na busca pela reeleição. Bolsonaro aparece nas pesquisas de intenção de voto em segundo lugar, atrás do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT). No último Datafolha, a distância entre os dois era de 21 pontos.

"Eu acho que o governo começa a comunicar melhor e que há um sentimento positivo hoje a respeito da nossa economia", disse Portinho, antes de ressaltar que não há "bala de prata" para lidar com o aumento dos preços.

Nesta segunda (13), o Senado aprovou projeto de lei complementar que considera bens essenciais combustíveis, energia, telecomunicações e transportes, estabelecem um teto de 17% e 18% para esses itens, em relação ao ICMS.

Também deve ser votada na próxima semana uma PEC (Proposta de Emenda à Constituição) que prevê repasses de até R$ 29,6 bilhões da União para estados que concordarem em estabelecer alíquota zero nos tributos estaduais sobre combustíveis.

As medidas foram articuladas com o governo, que vem sofrendo desgaste com a alta dos preços da gasolina e do diesel, a menos de quatro meses das eleições.

Por outro lado, Portinho admitiu que outras pautas importantes para a base bolsonarista, como educação domiciliar e armas, devem ficar para um eventual segundo mandato de Bolsonaro.

"A gente tem que buscar aquelas [pautas] que são convergentes. É um ano eleitoral. Então, se não forem pautas convergentes nesse momento, a gente vai gastar energia, desgastar às vezes até o governo e talvez seja mais estratégico ele esperar ser reeleito ou formar uma base maior de parlamentares para que possa conduzir algumas pautas", resaltou ele.

Em sua avaliação, esses projetos devem avançar depois das eleições. "Se houver convergência depois das audiências públicas, é possível votar o texto. Mas se houver divergência, na minha opinião, o governo deve esperar as eleições, a renovação da sua maior legitimidade com o voto, sua maior bancada, e vai conduzir essas pautas melhor."

Lira afasta aliado do presidente após STF confirmar cassação

O presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), determinou o afastamento imediato do deputado José Valdevan de Jesus, o Valdevan Noventa (PL-SE), após a Segunda Turma do STF (Supremo Tribunal Federal) restabelecer a cassação do mandato do aliado do presidente Jair Bolsonaro (PL). A decisão de Lira foi publicada nesta terça-feira (14) em edição extra do Diário da Câmara dos Deputados. Ele também determinou que o petista Márcio Macêdo (SE) reassuma o cargo. Valdevan Noventa havia sido cassado pelo TSE (Tribunal Superior Eleitoral) por abuso de poder econômico durante a campanha de 2018. O ministro Kassio Nunes Marques suspendeu a cassação, mas teve a decisão anulada em votação da Segunda Turma da corte.

O senador Carlos Portinho Edilson Rodrigues - 27.out.21/Agência Senado

Barroso apresenta queixa-crime contra ex-senador Magno Malta

BRASÍLIA O ministro Luís Roberto Barroso, do STF (Supremo Tribunal Federal) apresentou queixa-crime por calúnia contra o ex-senador bolsonarista Magno Malta (PL-ES), que fez ataques pesados a ele no último sábado (11), na conferência conservadora Cpac Brasil.

Na ocasião, em meio a críticas aos ministros do STF, Malta acusou Barroso de agredir mulheres. A ação da defesa do ministro diz que é imputação falsa de um crime com o objetivo de atingir a sua honra. As falas do ex-senador foram reveladas pelo Painel.

A queixa-crime ficou sob responsabilidade do ministro Alexandre de Moraes, por conexão com outros inquéritos relatados por ele, como o das fake news. Moraes determinou que Malta se manifeste em até 15 dias.

Segundo o advogado de Barroso, Ademar Borges, houve o intuito de "ofender a dignidade e o decoro pessoal" do ministro "mediante a imputação falsa de fato criminoso".

"Não bastasse, o Querelado [Malta] não apresentou prova que comprovasse suas alegações —como não poderia deixar de ser, uma vez que se trata de afirmação sabidamente inverídica", acrescentou.

Em nota, por meio da assessoria do STF, o gabinete de Barroso diz que em 2013 uma advogada que ele desconhecia entrou com ação contra diversos agentes públicos, como o próprio ministro, procuradores e desembargadores.

O caso acabou sendo arquivado pela ministra Eliana Calmon, do STJ.
José Marques

PGR pede extinção da pena de Silveira e fim da tornozeleira

BRASÍLIA | UOL A PGR (Procuradoria-Geral da República) pediu ao Supremo Tribunal Federal nesta terça (14) que declare a extinção da pena de oito anos e nove meses de prisão imposta ao deputado federal Daniel Silveira (PTB-RJ). No mesmo parecer, a Procuradoria pede que sejam revogadas as medidas cautelares contra o parlamentar, como o uso de tornozeleira eletrônica.

Daniel Silveira foi condenado em abril pelo STF por ameaças contra os integrantes do tribunal. No dia seguinte, o deputado foi beneficiado pela graça (perdão), concedida pelo presidente Jair Bolsonaro (PL). Apesar do decreto estar sendo questionado no Supremo, a PGR entende que a medida anula a pena do parlamentar.

No parecer encaminhado ao ministro Alexandre de Moraes, relator da ação penal contra Silveira, a vice-procuradora-geral Lindôra Araújo diz que o decreto de graça continua válido, por isso, se impõe a extinção da pena.

Daniel Silveira acumulou multas de R$ 645 mil por descumprir tais decisões . No mês passado, Moraes determinou o bloqueio dos bens e imóveis em nome de Silveira para garantir o pagamento da multa. A PGR defendeu que a revogação seja retroativa até a data de publicação do decreto da graça, em 21 de abril.

Em nota, a advogada de Silveira, Mariane Cardoso dos Santos, afirma que diante da manifestação da PGR, "espera-se que o Poder Judiciário declare da extinção da punibilidade e determine revogação retroativa das medidas cautelares".
Paulo Roberto Netto

Confirmado no TSE, Moraes diz que combaterá milícia digital

Mateus Vargas

BRASÍLIA O ministro Alexandre de Moraes, do STF (Supremo Tribunal Federal), foi escolhido nesta terça (14) para presidir o TSE (Tribunal Superior Eleitoral) a partir de 16 de agosto. Ele estará à frente da corte durante as eleições deste ano.

Apontado pelo presidente Jair Bolsonaro (PL) como um opositor, Moraes substituirá Edson Fachin. O ministro Ricardo Lewandowski será o vice.

No discurso que fez após ser confirmado no cargo, Moraes afirmou que a Justiça Eleitoral vai combater milícias "pessoais e digitais" que atacarem a democracia.

A eleição do comando do TSE é simbólica. O presidente e o vice sempre são oriundos do STF e tradicionalmente há um rodízio entre os magistrados com base na ordem de antiguidade.

"A Justiça Eleitoral não tolerará que milícias pessoais ou digitais desrespeitem a vontade soberana do povo e atentem contra a democracia no Brasil", disse Moraes .

Também deve ser votada na próxima semana uma PEC (Proposta de Emenda à Constituição) que prevê repasses de até R$ 29,6 bilhões da União para estados que concordarem em estabelecer alíquota zero nos tributos estaduais sobre combustíveis.

As medidas foram articuladas com o governo, que vem sofrendo desgaste com a alta dos preços da gasolina e do diesel, a menos de quatro meses das eleições.

Por outro lado, Portinho admitiu que outras pautas importantes para a base bolsonarista, como educação domiciliar e armas, devem ficar para um eventual segundo mandato de Bolsonaro.

"A gente tem que buscar aquelas [pautas] que são convergentes. É um ano eleitoral. Então, se não forem pautas convergentes nesse momento, a gente vai gastar energia, desgastar às vezes até o governo e talvez seja mais estratégico ele esperar ser reeleito ou formar uma base maior de parlamentares para que possa conduzir algumas pautas", resaltou ele.

Em sua avaliação, esses projetos devem avançar depois das eleições. "Se houver convergência depois das audiências públicas, é possível votar o texto. Mas se houver divergência, na minha opinião, o governo deve esperar as eleições, a renovação da sua maior legitimidade com o voto, sua maior bancada, e vai conduzir essas pautas melhor."

Ele citou a fome e o fato que candidatos apresentem propostas "sérias".

"Nossas eleitoras e eleitores merecem esperança nas propostas e projetos sérios de todos os candidatos", disse o ministro.

"Não merecem a proliferação de discurso de ódio, notícias fraudulentas e a criminosa tentativa de cooptação por cooptação e medo de seus votos por verdadeiras milícias digitais", afirmou ainda Moraes.

Os questionamentos do governo ao sistema eleitoral ainda ganharam reforço das Forças Armadas. Chamados pela própria corte para este debate, os militares apresentaram sugestões de mudanças nas regras do pleito, que foram rejeitadas em maio.

Moraes disse nesta terça-feira (14) que as Forças Armadas são instituições sérias, "competente e parceira histórica no auxílio da realização e segurança das eleições nos mais distantes rincões do Brasil".

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal Folha de S. Paulo

Seção: Política **Caderno:** A **Pagina:** 4 e 5

Copyright © Clipclap 2026.